

BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 128p. ISBN 978-85-422-1237-2.

Resenhado por Amanda Braga¹
Universidade Federal da Paraíba

Recebido em: outubro 2019

Aceito em: dezembro 2019

DOI: [10.26512/les.v20i2.27910](https://doi.org/10.26512/les.v20i2.27910)

Pela densidade da temática abordada e pelo modo como a discute, *Mulheres e poder: um manifesto* é um livro a ser lido por pessoas em diferentes áreas do conhecimento – nas Ciências Humanas e para além delas. Por um lado, Mary Beard, professora de Estudos Clássicos da Universidade de Cambridge e de Literatura Antiga da Royal Academy of Arts, apresenta uma linguagem fluida e alheia ao que em geral se espera de uma escrita acadêmica, comumente recoberta pela formalidade de conceitos e métodos; por outro lado, mas não paradoxalmente, lança luz, de forma bastante contundente, sobre uma discussão deveras necessária na contemporaneidade – os mecanismos de silenciamento da voz pública feminina e os dispositivos que impossibilitam às mulheres a ocupação de lugares de poder. Apostando em argumentos construídos a partir de regularidades que despontam na Antiguidade Clássica e desaguam nos dias atuais, promove uma escavação própria dos estudos que se dedicam à longa duração histórica.

O livro está dividido em dois capítulos: *A voz pública das mulheres* e *Mulheres no poder*. O primeiro deles tem como ponto de partida enunciados construídos na tradição greco-romana, particularmente no âmbito literário, que sugerem o funcionamento de mecanismos de silenciamento da voz pública feminina, a exemplo de uma passagem da *Odisséia* em que Penélope, enquanto fala com seus pretendentes, é interrompida por Telêmaco, seu filho, sob a prerrogativa de que “os discursos são coisas de homens” (p. 16); da comédia de Aristófanes, intitulada *A revolução das mulheres* (também traduzida por *A assembleia das mulheres*), na qual um grupo feminino, liderado por Praxágora, se veste de homem para ir a Assembleia e acaba por encontrar na parca habilidade oratória seu principal empecilho; ou ainda do poema *Metamorfoses*, de Ovídio, no qual a personagem Io é transformada em vaca, de modo a não ter mais o poder da fala articulada, e a ninfa Eco tem roubada sua autonomia vocal, passando a ter em suas palavras apenas a repetição de palavras alheias.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB. Possui Doutorado em Letras pela UFPB e Mestrado em Linguística pela UFSCar. É coordenadora do *Observatório do Discurso* (UFPB) e do *Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências - GEDIR* (UFPB/ UFU/ UNILA/ USP/ UNICEP). Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso francesa, particularmente aquela orientada pelos trabalhos de Michel Foucault e de Jean-Jacques Courtine. E-mail: braga.ufpb@hotmail.com.

Segundo a autora, no mundo clássico, seriam apenas duas as exceções para esse silenciamento: a princípio, era possível às mulheres o acesso à fala pública para se manifestarem enquanto vítimas ou mártires, em geral sem tanta legitimidade e apenas para anunciarem a própria morte. Cita-se, nesse aspecto, Lucrecia, que teve a permissão da fala para delatar seu estupro e noticiar seu suicídio; e Filomena, personagem de *Metamorfoses*, cuja língua é cortada pelo estupro, a fim de evitar sua denúncia pública. A segunda exceção, por seu turno, refere-se ao assunto tratado por tais mulheres e ao grupo social do qual se colocavam como porta-vozes: por um lado, em algumas ocasiões, puderam falar, segundo Beard, em defesa de seus lares, de seus filhos e maridos; por outro lado, não lhes era permitido falar pela comunidade de modo geral, ou mesmo pela classe masculina, mas apenas e tão somente em defesa dos interesses femininos. Como exemplo, cita-se Hortênsia, que não sofreu repreensão em seu exercício de fala pública justamente por se apresentar como porta-voz apenas das mulheres de Roma.

Para além de tais exceções, entretanto, que se apresentam enquanto focos de resistência ao profundo silenciamento ao qual estavam submetidas as mulheres no período clássico, o que Beard aponta é a permanência, com vasta regularidade, de um discurso segundo o qual as mulheres deveriam preservar sua voz tanto quanto seu corpo. Assim, para a autora, “o discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres antigas *não faziam*: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero” (p. 28). Falar em público significaria, no limite, ser homem, o que denotaria, em igual medida, não ser mulher, ambivalência que estaria visível, ainda, conforme aponta Beard ao retomar Aristóteles, nas depreciações ali impingidas aos timbres das vozes masculina e feminina: “uma voz grave revela coragem masculina, uma voz fina indica covardia feminina” (p. 29). São essas oposições que permitem à autora, de modo bastante atento ao passado e ao presente, e apesar das rupturas promovidas pela cultura ocidental com muitas das práticas ali gestadas, atestar a presença dos ecos do período clássico na atualidade, em nossa tradição política e para além dela.

Para finalizar o primeiro capítulo, a autora esforça-se justamente em mostrar, conforme anunciado desde o prefácio, tais reverberações. A princípio, Beard chama a atenção para fato de que, no que se refere à esfera política, os discursos femininos que ganharam notoriedade na tradição moderna, como os de Emmeline Pankhurst, uma das fundadoras do movimento britânico do sufrágio, de Hillary Clinton, política americana, incluídos em coletâneas que reúnem, supostamente, os grandes discursos da história, ou mesmo o discurso de Sojourner Truth, ativista estadunidense, mulher escravizada e abolicionista, são, em grande parte, voltados apenas às causas femininas. E do mesmo modo, para além da esfera política, a autora mostra que os ataques sofridos cotidianamente pelas mulheres em redes online são decorrência não necessariamente do conteúdo de sua fala, mas do fato apenas de falarem. Alude-se, nesse cenário, não apenas aos ataques sofridos pela

própria Beard, que, ao defender sua posição, teria sido acusada de *choramingar*, “vocabulário que age para solapar a autoridade, a força e até o humor do que uma mulher tem a dizer” (p. 40), mas também aos enunciados recorrentemente dirigidos a mulheres diversas: “Cala a boca, sua vaca”, “Vou cortar sua cabeça e estuprar ela” e “Sua língua deveria ser arrancada” (p. 46), a partir dos quais a autora nos convida a refletir acerca dos discursos que historicamente determinaram os princípios da autoridade falada, bem como acerca do modo como aprendemos a reconhecê-la.

O segundo capítulo do livro, *Mulheres no poder*, por sua vez, tem como ponto de partida o conto intitulado *Herland (A terra dela*, em tradução literal), publicado por Charlotte Perkins Gilman, em 1915, no qual é narrado o cotidiano de uma sociedade constituída apenas por mulheres, organizada em torno de irrestrita colaboração, mas cuja pacificidade é interrompida com a chegada de três homens, sendo um deles contrário à ausência da liderança e da dominação sexual masculina naquele contexto. Com olhar perspicaz, Beard chama a atenção a duas questões: primeiramente, à ironia com que a autora do conto relata a tendência das personagens a se submeterem aos visitantes, numa espécie de deslumbre com o mundo exterior; em seguida, à possibilidade de discutir, a partir do conto de Gilman, o modo como, historicamente, reconhecemos os lugares de poder feminino:

Como aprendemos a olhar para as mulheres que exercem, ou tentem exercer, o poder? Quais são os fundamentos culturais da misoginia na política ou no ambiente de trabalho e quais são suas formas (que tipo de misoginia, visando a que ou a quem, usando que palavras ou imagens, a que efeitos produz)? Como e por que as definições convencionais de “poder” (ou de “sabedoria”, “perícia” e “autoridade”) que trazemos em mente excluem as mulheres? (p. 60)

Partindo dessas questões, a autora desenvolve discussão com vistas à compreensão dos focos de poder e de resistência que perpassam a tensa relação historicamente construída entre mulheres e lugares de autoridade. Tendo como premissa básica a ideia de que “o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino” (p. 61), a autora questiona-se acerca do modo como adquirimos esse padrão e convoca a leitora ou leitor, assim como fizera no capítulo anterior, a um retorno ao período clássico. Explica Beard que, naquele cenário, se, por um lado, no plano da vida real, a figura feminina não gozava de direitos políticos ou independência social, por outro lado, na mitologia, uma série de mulheres, a exemplo de Medeia, Clitemnestra e Antígona, são reconhecidas por suas atuações de ruptura a esses padrões, motivo pelo qual foram consideradas como uma ameaça à estabilidade do Estado: “são retratadas mais como agressoras que como detentoras de poder. Elas o tomaram sem legitimidade, de formas que levam ao caos, à ruptura do Estado, à morte e à destruição” (p. 66).

Tal representação seria visível, segundo a autora, em obras como *Agamenon*, de Ésquilo, que não apenas apresenta sua anti-heroína, Clitemnestra, dotada de características masculinas durante

o período em que governa a cidade, como também ressalta o modo como ela utiliza o poder para fins destrutivos quando assassina seu marido, Agamenon, após seu retorno da guerra. Ou, ainda, de modo semelhante, na comédia de Aristófanes, *Lisístrata* (ou *A greve do sexo*), ambientada na antiga Atenas, cuja narrativa gira em torno da greve de sexo promovida pelas mulheres para obrigar os homens a findarem a guerra com Esparta. Neste caso, aquilo que poderia, a princípio, parecer uma versão mais positiva do poder feminino, posto que a greve alcança seu objetivo, acaba por somar-se, segundo Beard, aos discursos de interdição anteriormente apresentados, na medida em que, ao fim do espetáculo, uma mulher (ou um homem fantasiado de) é levada ao palco e usada como metáfora da Grécia, tendo seu corpo dividido, pornograficamente, entre atenienses e espartanos.

Para além de tais obras, Beard lembra, ainda, que há um detalhe na vestimenta de muitas deusas (inclusive de Atena) que permanece em nossa tradição ocidental contemporânea: trata-se da cabeça de Medusa, adornada de serpentes e fixada ao peitoral das armaduras. Esta personagem, paradoxalmente punida pelo sacrilégio de ter sido violentada por Poseidon, é, segundo Beard, “um dos maiores símbolos antigos do domínio masculino sobre os perigos destrutivos representados pela simples possibilidade do poder feminino” (p. 77). Não é sem motivo, nos diz a autora, que a Medusa aparece decapitada, lá e cá, reiteradamente, a fim de sancionar esta equação entre gêneros e lugares de poder. Cita-se, nesse ínterim, a estátua feita por Benvenuto Cellini no século XVI, na qual Perseu, ao tempo em que pisoteia o corpo da Medusa, ostenta sua cabeça degolada como troféu, bem como a pintura de Caravaggio, da mesma época, na qual a cabeça decapitada da Medusa aparece com o rosto do próprio artista. Contemporaneamente, Beard cita a montagem feita desta pintura com o rosto de Angela Merkel (p. 85); a caricatura de Theresa May, então secretária do Estado britânico, intitulada *Maydusa*; e ainda a fotografia feita de Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil, em frente ao quadro de Caravaggio, quando da inauguração de uma exposição do artista em São Paulo (p. 83). Cita-se, finalmente, a adaptação feita da estátua de Cellini na qual se substitui o rosto de Perseu pelo de Trump, que sustenta heroicamente a cabeça decapitada de Hilary Clinton (p. 86).

Encaminhando-se para o fim do livro, Beard nos conduz a pensar que, para modificar a dinâmica tensa e historicamente construída entre mulheres e lugares de poder, seria necessário repensar a própria ideia de poder, partindo de uma problematização que não estivesse pautada apenas e tão somente nos tradicionais lugares de poder político, financeiro e midiático, equiparando-o, na maioria das vezes, a uma dada notoriedade pública, de cuja estrutura as mulheres estiveram sempre apartadas: “Não se pode, com facilidade, inserir as mulheres numa estrutura que já está codificada como masculina; é preciso mudar a estrutura. Isso significa pensar no poder de outra maneira. Significa dissociá-lo do prestígio público. Significa pensar de forma colaborativa” (p. 93-4). Trata-se, assim, de um encaminhamento que desloca a concepção mais tradicional do poder, abrindo mão

de uma macroesfera para pensar e fortalecer as microesferas, atuando em um engajamento feminino colaborativo que, se não se contrapõe, de modo radical, aos lugares de visibilidade pública, tampouco se rende ou se limita a eles.

Assim, de modo geral, o livro de Mary Beard apresenta, reivindica e fortalece lugares de resistência que salientam a fala, a presença e a atuação femininas em contraposição à espessura histórica dos discursos que as silenciam e interditam. Por este motivo, é uma obra da qual se devem apropriar as mulheres, numa conscientização dos mecanismos e dispositivos capazes de promover aí uma descontinuidade; mas também os homens, que passeiam por todo texto como protagonistas de um enredo que envolve violências de toda ordem, no passado e no presente, numa tentativa de trabalhar em rupturas que possam agenciar, enfim, relações de gênero equânimes. É um livro do qual se devem apropriar, enfim, todos aquelas e aqueles que, na academia e fora dela, permanecem comprometidos com uma dinâmica social democrática e igualitária.